



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## *Mestrado Profissionalizante 2014-2015*

### **CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO (TURMA A)**

**PROF. DOUTOR JOÃO MIRANDA**

#### **Sumário**

A disciplina de Contencioso Administrativo tem como objeto o estudo do Direito Processual Administrativo e reveste-se no ano letivo de 2014/2015 da maior relevância teórica e prática, uma vez que se anuncia para breve a reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Acresce que o surgimento do novo Código do Procedimento Administrativo ocorrerá num curto espaço de tempo, atendendo a que já foi publicada a Lei n.º. 42/2014, de 11 de julho, que concede autorização legislativa ao Governo para aprovar esse Código.

Também o novo Código de Processo Civil, entrado em vigor em setembro de 2013, não se deixará de refletir nas soluções a plasmar nas leis processuais administrativas, seguindo a tendência geral de aproximação do processo administrativo ao processo civil.

Naturalmente, o programa da disciplina não poderia ser indiferente a tão significativos factos, pelo que nas aulas se procurará debater as soluções que, por enquanto se encontram plasmadas apenas nos Anteprojetos de diplomas e que, previsivelmente, entrarão em vigor no decurso do ano letivo.

As aulas decorrerão mediante a combinação entre a exposição da matéria pelo regente e a participação dos alunos, seja na análise de casos concretos, designadamente, através do recurso à jurisprudência dos tribunais administrativos ou seja na intervenção em debates sobre temas respeitantes a aspetos específicos do programa.

Procura-se, assim, combinar uma preparação teórica de base com uma dimensão prática destinada a apurar a aplicação de conhecimentos na resolução de situações concretas.

Na avaliação, o tradicional exame escrito será substituído pela elaboração de um relatório escrito de investigação sobre um tema escolhido pelo aluno, que se espera possa constituir um exercício útil para a futura elaboração da dissertação de mestrado.

#### **Programa**

##### **I – A jurisdição administrativa**

§ 1.º O âmbito da jurisdição administrativa na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais: o possível alargamento às matérias da

indemnização devida por expropriação, servidão ou restrição de utilidade pública e dos ilícitos de mera ordenação social por violação de normas de Direito Administrativo relativas a ambiente, urbanismo, ordenamento do território, património cultural e bens do Estado, previsto no Anteprojeto de ETAF.

§ 2.º A organização dos tribunais administrativos: o enquadramento constitucional e o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

## **II - O processo administrativo**

§ 3.º Princípios gerais

§ 4.º Pressupostos processuais gerais.

§ 5.º Valor das causas e formas de processo

§ 6.º Os meios processuais principais no Código de Processo nos Tribunais Administrativos: dualismo ou monismo das formas de processo?

### 6.1. A tramitação atual

#### 6.1.1. A ação administrativa especial

6.1.1.1. Impugnação de atos administrativos

6.1.1.2. Condenação à prática de ato devido

6.1.1.3 Impugnação de normas administrativas e declaração de ilegalidade por omissão de normas administrativas

6.1.1.4 Tramitação processual

#### 6.1.2. A ação administrativa comum

6.1.2.1. Ação de responsabilidade civil extracontratual

6.1.2.2. Ação sobre contratos

6.1.2.3. Outros pedidos que podem ser formulados no âmbito da ação administrativa comum

#### 6.1.3. Os processos (principais) urgentes

6.1.3.1. Contencioso eleitoral

6.1.3.2. Contencioso pré-contratual

6.1.3.3. Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

6.1.3.4. Intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias

### 6.2. As inovações previstas no anteprojeto de CPTA

6.2.1. A unificação de todos os processos não urgentes na figura da ação administrativa

6.2.2. A influência do novo Código de Processo Civil na tramitação da ação administrativa

6.2.3. A concentração num único processo judicial, a correr num único tribunal, das múltiplas pretensões dos participantes em procedimentos de massa (concursos na Administração Pública)

6.2.4. A transposição da Diretiva Recursos e a sua influência no contencioso pré-contratual

## § 7.º Os processos cautelares

### 7.1. O regime atual

7.1.1. Função e espécies de processos cautelares

7.1.2. Incidentes do processo cautelar: decretamento provisório de providências e proibição de executar o ato

7.1.3. Requisitos de decretação das providências cautelares

7.1.4. Antecipação do juízo da causa principal

### 7.2. As alterações previstas no Anteprojeto de CPTA

7.2.1. A revogação do regime das resoluções fundamentadas

7.2.2. A possibilidade de convoção de processos de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias em processos cautelares

## § 8.º Os recursos jurisdicionais

### 8.1. Espécies de recursos

### 8.2. Regime de interposição e tramitação dos recursos

## § 9.º O processo executivo

### 9.1. Características gerais

### 9.2. Em especial, a execução de sentenças de anulação de atos administrativos

## § 10.º A arbitragem

### 10.1. Matérias abrangidas e excluídas da arbitragem

### 10.2. Regras de funcionamento dos tribunais arbitrais e dos centros de arbitragem

## **Bibliografia\***

### **Obras de carácter geral**

ALMEIDA, Mário Aroso de – *Manual de Processo Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2010.

ALMEIDA, Mário Aroso de / CADILHA, Carlos Alberto Fernandes – *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 3.ª edição, Coimbra, 2010.

ANDRADE, José Carlos Vieira de – *A Justiça Administrativa*, 12.ª Edição, Coimbra, 2012.

BRITO, Wladimir – *Direito Processual Administrativo*, 2.ª edição, Coimbra, 2008.

CORREIA, José Manuel Sérvulo – *Direito do Contencioso Administrativo I*, Lex, Lisboa, 2005.

SILVA, Vasco Pereira da – *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise*, 2.<sup>a</sup> Edição, Almedina, Coimbra, 2009.

### **Artigos publicados sobre a reforma das leis processuais administrativas**

ALMEIDA, José Mário Ferreira de – “Algumas notas sobre a aproximação do processo administrativo ao processo civil”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 102, 2013, pp. 24 e ss.

CALDEIRA, Marco – “As providências cautelares pré-contratuais no Projeto de revisão do CPTA”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

FERNANDEZ, Elisabeth – “O Código de Processo nos Tribunais Administrativos à luz do novo Código de Processo Civil”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 102, 2013, pp. 3 e ss.

FREITAS, Dinamene de - Unificação das formas de processo – alguns aspetos da tramitação da ação administrativa, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

GOMES, Carla Amado – “Uma ação chamada... ação: apontamento sobre a *reductio ad unum* (?) promovida pelo anteprojeto de revisão do CPTA (e alguns outros detalhes)”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

MATOS, Sara Younis Augusto de – “Do âmbito da ação administrativa urgente”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

NEVES, Ana Fernanda - Âmbito de jurisdição e outras alterações ao ETAF, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)

\*Serão indicadas, no decurso das aulas, outras obras sobre temas específicos, bem como artigos publicados em revistas da especialidade.